



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL
DO SUDOESTE DA BAHIA



**XIII Colóquio Nacional
VI Colóquio Internacional
DO MUSEU PEDAGÓGICO - UESB**
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

**15 a 18
outubro
2019**

POR DEVER DE OFÍCIO: ASSIM VEEM A LÍNGUA POPULAR

Jádilla Leite Moreira

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil

Endereço eletrônico: jadylla_leite_moreira@hotmail.com

Jorge Augusto da Silva Alves

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Brasil

Endereço eletrônico: adavgvstvm@gmail.com

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem por objetivo fazer uma breve reflexão sobre o conceito de Português Popular com base na Linguística Sócio-histórica. Para tanto, a noção de português popular contrapõe-se historicamente ao português culto (LUCCHESI, 2001; MATTOS E SILVA, 2004) cuja história ainda está por ser suficientemente descortinada por meio de pesquisas científicas. Como recorte, discute-se a percepção de que há usos linguísticos que são “etiquetados” não por critérios estruturais, senão por critérios sociais que procuram relacionar os utentes do Português Popular como variedade a ser combatida pelo aparato intelectual da escola.

Nesse recorte, o debate, portanto, centra-se em três pontos: (1) o conceito de popular e de vernáculo, demonstrando-lhes o emprego na Sociolinguística; (2) a discussão do uso do pronome SE como marca distintiva entre o popular e o não popular; por fim, (3) a visão que o aparato escolar constrói sobre fenômenos linguísticos, em particular sobre o pronome SE.

O processo sócio-histórico de constituição da realidade linguística brasileira foi definido por bipolarizado por Lucchesi (2001). Neste contexto de formação do PB, o autor trata de dois polos que contrastam as normas vernáculas e cultas. No polo das camadas médias/altas da sociedade brasileira, no primeiro século há um comportamento linguístico conservador, de uma minoria elitizada, voltada para os padrões linguísticos e culturais da Metrópole, disseminada pelo processo de escolarização. No polo das camadas populares, ocorrem, desde os princípios da colonização, drásticas transformações linguísticas, decorrentes do extenso e massivo contato do português com as línguas indígenas e africanas, faladas pela população distante dos modelos da variedade culta. Lucchesi (2001) afirma que,

DISTOPIA, BARBÁRIE E CONTRAOFENSIVAS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO



O português aprendido de oitava, em situações sociais extremamente precárias, e que era a língua de intercurso entre escravos e capatazes e senhores, e entre escravos de etnias diversas, constituiu o principal modelo para a nativização do português entre os descendentes desses escravos, sejam os provenientes de cruzamento de escravos de diferentes etnias, sejam os oriundos do cruzamento do colonizador branco com as mulheres escravas. (LUCCHESI, 2001)

O termo *popular*, de acordo a Silva (2005), aplica-se às variadas situações da vida social. Pode referir-se tanto ao conjunto de cidadãos como um todo (voto popular equivale ao voto de todos) quanto à parcela da população que não faz parte da elite, representando, pois, a gente comum, as pessoas comuns ou como tratar-se àquilo que se opõe ao requinte, fino, como o “comércio popular” e/ou lojas de “artigos populares”. Entretanto, o *popular* contrapõe-se ao culto, no que tange à Sociolinguística, de modo que, seja considerada como a variedade da língua usada como vernáculo para (LABOV, 1972), usada por aqueles que, socioeconomicamente falando, refere-se ao grupo que compõe a pirâmide social, no caso específico, as classes marginalizadas do Brasil, cuja gramática e léxico fujam da língua considerada legítima pelo Estado (LUCCHESI, 2017). Nas palavras do autor,

[...] a caracterização da língua popular do Brasil está diretamente ligada à classe social de seus falantes e a classe social do falante está relacionada ao seu contexto sócio-histórico. Cremos, portanto, que o falante do português popular do Brasil possua como língua vernácula, nos termos enunciados por Labov (1972), uma variedade de língua que reflete a constituição histórica das classes menos favorecidas do Brasil, perceptível no nível social, econômico e cultural dos utentes da variedade popular tanto no meio rural quanto no meio urbano (SILVA, 2005, p. 15).

Silva (2005), afirma que o termo popular sempre esteve associado à oposição ao culto, ao aristocrático, à elite. E salienta ainda, que ao nomearmos uma língua de popular, estamos assumindo que há uma diferença perceptível na forma de falar do povo e do não-povo ou elite ou camada culta.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta investigação foi, primeiramente, a seleção dos textos de ordem linguísticas para o embasamento do arcabouço teórico, seguidos da



leitura e levantamento das ocorrências apontadas por cada autor, assim como suas discussões, para posteriormente fazermos nossas análises e comparações amparadas pelos pressupostos teóricos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No estudo da Língua Portuguesa, encontram-se várias pesquisas acerca do pronome SE em trabalhos recuados no tempo. A caracterização de tal pronome obteve real importância a partir da segunda metade do século XX, momento que se conferiu relevante para os estudos dos clíticos. Neste período, o emprego do SE suscitava dúvidas quanto ao uso e esse tema ocupou os jornais do início do século.

Os diversos usos do pronome SE ao decorrer do tempo podem ser discutidos mediante a um processo de variação e mudança via gramaticalização, podendo ser notado de forma que o pronome veio adquirindo novos valores sintáticos e semânticos em sua trajetória, como também quanto os diversos usos da forma convivem em um mesmo período.

As gramáticas tradicionais tratam as construções com o pronome SE com conservadorismos desde o início na sua trajetória da história da Língua Portuguesa. Alguns autores da língua não-contemporânea não autorizavam o não uso do SE, o português antes de Machado de Assis e de Érico Veríssimo, então o português quinhentistas, seiscentistas, setecentista não permitiam o verbo sem o pronome no caso das reduzidas.

Machado de Assis, escritor e cronista do século XIX, considera o verbo **CASAR**:

- (1) “Quando ele casara, estava na Europa”.
- (2) “Tinha a quer casar antes do vinte”.

Tal verbo poder-se-ia acompanhar do pronome reflexivo: “Ele casou cedo”, ou, “ele se casou cedo”. Francisco Fernandes (1940) aponta as seguintes construções com o verbo casar empregado como "pronominal": Unir-se em casamento, matrimoniar-se. O exemplo é de Camões (séc. XVI): "Do filho que casar-se não queria", outro exemplo no mesmo sentido vem de Mário Barreto (séc. XX): "Um moço estouvado ... pretendia, há três meses, casar-se com a filha dele".



No caso da dupla possibilidade sem alteração de sentido, *in casu*, casar-se ou casar, Rui Barbosa (séc. XX) considera a forma sem o pronome mais "eufônica" (melhor aos ouvidos).

É possível encontrar em gramáticas e dicionários atuais um "aval" para a eliminação do SE reflexivo junto ao verbo casar. Porém, deve-se ter cuidado, para que o texto ou a fala sejam considerados agradáveis e eufônicos. De todo modo, considera-se que usar o pronome nestas situações seja mais apropriado, pois é culto falar: "Ele casou-se" ao invés do popular "Ele casou".

Nesta perspectiva, Silva Ramos (1853 – 1930), filólogo e poeta brasileiro, professor de português e amante dos padrões clássicos, reconhece a existência de um falar rústico inaceitável e digno de reprovação tanto em sua forma escrita como na sua forma oral. Além desse falar, existe outro destoante dos ditames da tradição gramatical (variedade ensinada pela escola), mas vivo, uma segunda via, na fala dos alunos que assistem a suas aulas; obviamente, reconhece a existência da língua erudita, uma terceira via, que segue a tradição gramatical e tem sua maior expressão nos clássicos. Assim, Silva Ramos observa a existência de três falares no Brasil: o reprovável, o aceitável e o desejável.

No caso do verbo **CASAR**, para a gramática tradicional ensinada nas escolas é desejável a norma culta: "Ele casou-se", assim como é aceitável a norma popular "Ele casou", mas é reprovável "Eu se casei", que foge do padrão de tradicional aceitável.

Apesar das discussões e estudos acerca das variações do PB, a norma culta é ainda enraizada no ensino do português nas escolas brasileiras, pois de acordo a Miryam Barbosa da Silva em *A escola, a gramática e a norma* (2002), a escola têm padronizado o ensino do português a gramática normativa, que está anos luz de refletir o padrão nacional falado, e mantém divergências em relação ao uso brasileiro escrito, de que são exemplos clássicos a colocação dos pronomes e a regência verbal. Ainda de acordo a autora, a gramática escolar ignora a aceitação da variação pela comunidade linguística, embora a mesma faça uso de livros didáticos que discuta o preconceito linguístico, ela trata a gramática normativa como absoluta. A gramática escolar ignora a aceitação da variação pela comunidade linguística, não percebendo que certos fenômenos repudiados socialmente persistem de modo variável na fala e na escrita cuidadas, que a distinção do



uso dos “cultos” e “não cultos” é mais quantitativa do que qualitativa. A escola só dispõe dessa gramática para guiá-la no ensino dos usos recomendáveis, não percebendo que muito daqueles usos “não recomendados” são perfeitamente aceitos hoje.

CONCLUSÃO

Para tanto, percebe-se que a língua passou por um processo de gramaticalização, o que antes não era aceitável para a língua não contemporânea é aceitável para contemporânea, assim como os estudos apontam no caso do verbo pronominal CASAR. Desta forma, cabe às escolas mostrar ao aluno a pluralidade da língua, de forma que torne-os a usá-la de acordo com a sua situação, entre as diversas formas de dizer a mesma coisa qual esta é mais sensata, uma vez que é necessário adequarmos ao meio para que haja comunicação entre os falantes.

PALAVRAS-CHAVE: Português-Popular; Português-Culto; Gramática Normativa; Ensino.

REFERÊNCIAS

LABOV, William. **Padrões sociolingüísticos**. Trad. de M. Bagno; M. M. P. Scherre; C. R. Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].

LUCCHESI, Dante. **As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil (1500-2000)**. D.E.L.T.A., 17:1, 2001.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2003.

SILVA, Jorge Augusto Alves da. **A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolingüístico de três comunidades do interior do estado da Bahia**. Tese de doutorado, UFBA, Instituto de Letras, 2005.

SILVA, M. B. **A escola, a gramática e a norma**. In: Marcos Bagno. (Org.). *Lingüística da norma*. 1ed. São Paulo: Edições Loyola, 2002, v. 1, p. 253-265.